

Semear Outras Narrativas no Território Acadêmico: caminhos interculturais a partir de Antônio Bispo dos Santos e Paulo Freire¹

Ivanise Simplício De Melo

ivanisesm@gmail.com

Caminhada compartilha com:

Maria Aparecida de Oliveira Souza

cidoka.Cida@hotmail.com

Ciro Linhares de Azevêdo

ciro.azevedo@garanhuns.ifpe.edu.br

RESUMO

Este artigo tem por objetivo compartilhar experiências e reflexões entre saberes acadêmicos e os saberes dos mestres ancestrais, vivenciados durante o Curso de Pós-Graduação em Educação Intercultural, Indígena, Quilombola e Antirracista do IFPE – *Campus* Garanhuns. Com apoio em referenciais como Paulo Freire (1996) e Antônio Bispo dos Santos (2023). O caminho metodológico seguido deu-se pelas trilhas da escuta, da fala do outro sobre seus saberes e fazeres e, também, a escuta de me sobre minha própria práxis. O estudo busca enfatizar a necessidade de uma Educação de Jovens e Adultos Quilombolas (EJAQ), que reconheça e preserve a ancestralidade e os valores étnico-culturais dos povos quilombolas, contribuindo para uma educação libertadora e transformadora. Este artigo vislumbra contribuir a partir das sementes semeadas pelo curso aqui mencionado para o exercício da prática pedagógica intercultural e antirracista no território/espço da Gerência de Educação Escolar Quilombola (GEEQ). Ao destacar os aprendizados e as lutas enfrentadas pelos povos quilombolas, o artigo propõe reflexões sobre as tensões históricas e contemporâneas que atravessam os sujeitos da EJAQ, reafirmando o compromisso com práticas educativas humanizadoras, críticas na perspectiva da transformação social. Assim, busca-se contribuir para a construção de uma educação pública de qualidade, específica e diferenciada, que responda às demandas dos povos quilombolas e outros grupos historicamente subalternizados.

Palavras-chave: Educação Intercultural e Antirracista; Territorialidade Quilombola; Educação de Jovens e Adultos Quilombola.

¹ Escrevivências compartilhadas com Instituto Federal de Pernambuco. Campus Garanhuns. Curso de Especialização Lato sensu em Educação Intercultural Indígena-Quilombola Antirracista. 24 de novembro de 2024.

Quando o cosmo se encarrega de confluir os caminhos de um Mestre Quilombola raiz e de uma Mestra quilombada com seus diferentes saberes e fazeres em prol da luta do povo quilombola por direitos.

A autora, 2023.



Fonte: Arquivo pessoal de Ivanise Simplicio de Melo, 2023.

1- INÍCIO DA CAMINHADA...

“Talvez seja este o sentido mais exato da alfabetização: aprender a escrever a sua vida, como autor e como testemunha da sua história. Isto é, biografar-se, existencializar-se, historicizar-se”.

(Ernani Maria Fiore no prefácio da Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire).

Peço licença e acolhimento aos meus ancestrais que sempre estiveram e continuam bem presentes na minha caminhada existencial, aos mestres e mestras de saberes quilombolas e indígenas e as mestras e aos mestres de saberes científicos, todos e todas com sua maestria encantada, para que me inspirem a materializar esse artigo que tem por objetivo compartilhar experiências e reflexões entre saberes acadêmicos e os saberes dos mestres ancestrais, vivenciados no curso com os(as) companheiros(as) professores(as) da Educação de Jovens e Adultos Quilombola (EJAQ) e com a equipe Técnica-pedagógica da Gerência de Educação Escolar Quilombola (GEEQ) PE. Compartilhar as curiosidades epistemológicas, os momentos de imersão espiritual, de experiências e de histórias prazerosas vivenciadas por mim no curso de Pós-Graduação em Educação Intercultural, Indígena, Quilombola, Antirracista, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - Campus Garanhuns. Construtos que possibilitaram a confluência e o diálogo de temática como: Educação de Jovens e Adultos Quilombolas; Educação Libertadora de Paulo Freire; racismo; interseccionalidade; identidade docente quilombola; territorialidade; prática docente, entre outras e, o semear de narrativas contracoloniais advindas do modo de viver do povo quilombola ao dar a palavra de “ordem” no território acadêmico sob o olhar crítico do Mestre de saberes Antônio Bispo dos Santos (2023), ou Nego Bispo, como gostava de ser chamado.

Assim, esse artigo vislumbra, também, acolher oralidades, escritas, saberes e fazeres dos mestres de saberes populares, concebendo-os, também, como potencializadores na construção de conhecimentos científicos e no exercício de uma prática pedagógica humanizadora de uma perspectiva libertadora, transgressora e antirracista. O interesse de compartilhar, dialogar e anunciar aos sujeitos envolvidos

com as temáticas acima mencionadas, dar-se primeiro pelas experiências e práticas impar que vivenciei nos territórios ancestrais indígenas (Xukuru em Pesqueira e Kapinawá em Buíque) e quilombolas (Angico em Bom Conselho e Negro do Osso em Pesqueira) enquanto discente do curso de Pós-Graduação em Educação Intercultural, Indígena, Quilombola, Antirracista, pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, Campus Garanhuns-PE. Segundo, por me oportunizar a reflexão crítica sobre minha práxis pedagógica, no espaço político-pedagógico da Gerência de Educação Escolar Quilombola – GEEQ, na qual exerço a função técnica de Analista em Gestão Educacional da Secretaria Executiva de Desenvolvimento da Educação – SEDE/PE, cujas atribuições desse cargo são as de: - acompanhar, monitorar e avaliar o desempenho das práticas dos docentes da EJAQ; - acompanhar o processo de ensino e aprendizagens dos estudantes da EJAQ; - elaborar e fundamentar teoricamente documentos como Pareceres Técnico-pedagógicos, Propostas de Formação docente, Resoluções e Diretrizes educacionais para os povos quilombolas; e executar processos de Formação Continuada de professores(as) da EJAQ em Pernambuco. Portanto, é esse o lugar que ocupo e que me permite falar desse lugar.

O caminho a ser seguido para a feitura deste “artigo” foi o da escuta compassiva, que compreende a escuta aberta, sem crítica e sem julgamento, a fala do outro sobre seus saberes e fazeres e, também, a escuta de me sobre minha própria práxis. Essa é uma tentativa de semear outras palavras para falar de caminho metodológico, de metodologia, palavras utilizadas no contexto acadêmico eurocêntrico. Esse espaço de escrita desse artigo é nosso, por isso na condição de quilombada – nomeação concedida aos sujeitos aliados as lutas quilombolas - ousamos transgredir, romper e derrubar as barreiras epistemológicas eurocêntricas usadas nas pesquisas, nas metodologias, nas contações de histórias sobre nós quilombolas, os cosmológicos, os orgânicos, os diversosais. A arte da escuta, da ausculta do outro e de si próprio, a arte da conversa prazerosa que sai da alma ao transpassar o indivíduo para chegar ao comunitário, não pode ser desqualificados enquanto modo de viver, de fazer e de construir conhecimentos, pois também se constitui em metodologia e em instrumentos de pesquisa.

2- Caminhos...

“Meu ponto de partida é o seguinte: só os seres que historicamente se tornaram capazes de saber se tornaram ao mesmo tempo capazes de intervir na realidade condicionadora... Só os seres que se percebem condicionados podem deixar de ser determinados. Porque assim nós transformamos a determinação em condicionamento”.

Paulo Freire

Como *ser-educador* na condição de aprendiz e de *ser-inacabado* percebo que foi um divisor de águas para minha formação profissional participar desse curso de Pós-Graduação, pela beleza e pertinência de seus componentes curriculares em meio as atuais lutas e desafios enfrentados pela Educação dos povos negros, quilombolas, indígenas nas porteiras de uma sociedade racista, homofóbica, classista... como é a sociedade brasileira. E, a oportunidade de me permitir refletir criticamente sobre meu fazer pedagógico e do meu comprometimento político-pedagógico em compartilhar as minhas aprendizagens e os meus desafios com outros *ser-educadores(as)* que queiram me escutar.

Não tenho a pretensão de sozinha compartilhar todos esses aprendizados, porque não me percebo como a “única” a fazer esse compartilhamento, por isso busco apoio epistemológico no pensar de Nego Bispo (2023, p. 32) quando anuncia que “para eles, os eurocêntricos, monoteístas, binaristas, cosmofóbicos o “*um*” e o *único* são a mesma coisa, para nós quilombolas, diversos, cosmológicos, só há “*um*” porque há mais de um”. E na certeza desses “mais de um”, pois somos vinte e dois cursistas assumindo o compromisso político-pedagógico de espalhar as sementes crioulas desse curso nos territórios educacionais do estado de Pernambuco e em outras fronteiras irmãs.

Dessa forma, o momento atual de construção de conhecimento, de saberes e de fazeres no território acadêmico urge por outras narrativas, outras escritas e por outras vozes a serem ouvidas, pelas vozes daqueles(as) que aqui chegaram tratado como mercadoria da diáspora, trazendo apenas o corpo e foram capazes de resistir, de preservar seus valores étnico-cultural-social-econômico para sobreviver. Busco aproximar a ideia de “letramento de sobrevivência”, apresentados por Lopes, Facina e Silva (2017, apud TEIXEIRA, 2024, p. 29) e a ideia de “letrismo” anunciado por

Teixeira (2024, p.29) a partir de Paulo Freire (1989), para fundamentar e fortalecer a questão de conservação/preservação da identidade, da religiosidade, da oralidade e caracteres da língua mãe, da ancestralidade de um povo castrado, silenciado, sequestrado de seus territórios de sua gente, os povos negros escravizados do/no Brasil. Essas são questões germinantes, que precisam ser tratadas e cultivadas coletivamente.

Ponto o que acrescentam Adriana Lopes, Adriana Facina e Daniel Silva (2017, apud TEIXEIRA, 2024, p. 29) sobre uma concepção de:

práticas escriturais [e culturais] de sujeitos subalternizados que desafiam o letramento formal e pedagogizado e, por conseguinte, o grafocentrismo, a dicotomia oral/escrita, bem como os princípios de racionalidade e de individualismo que permeiam as definições eurocêntricas daquilo que conta como “escrita” e ciência na modernidade [...] são rastros que resistem – rastros indicadores de que aqueles que foram subalternizados pela modernidade não se entregam pacificamente à escrita, mas dela se apropriam, transformando seus significados e reinventando formas de sobreviver culturalmente.

Teixeira (2024, p. 29) acrescenta, a partir de Paulo Freire que:

[...] o “letrismo” sem contexto e sentido [sem articulação com o território, com a identidade, com as lutas dos sujeitos], ao postular que “ a leitura de mundo precede a leitura da palavra”, em um “movimento que vai do mundo à palavra e da palavra ao mundo”.

Assim, cabe destacar os caminhos e os sentidos que os diferentes sujeitos que neste estudo busco ouvir e dialogar como possibilidades de encontros e aprendizados, forjado em um *letrismo* epistêmico concernente as leituras de mundo pautados por Freire.

Nesse sentido de leitura de mundo, que percorro um velho e sempre novo caminho, a Educação de Jovens e Adultos. Esse campo, há muitos anos, posso dizer décadas, dedico meu trabalho institucional, como também meus estudos acadêmicos. Logo, sinto que percorrer esse chão (EJA) é fundamento para minha

prática enquanto ser-sujeito social. Dessa forma, busco, a diante, refletir sobre a Educação de Jovens e Adultos na perspectiva quilombola.

3- Reflexões para uma Educação de Jovens e Adultos Quilombola

Para continuar caminhando e semeando outras sementes sobre o chão da educação para pessoas jovens e adultos, território de nossa prática pedagógica, instigamos o refletir de novas-antigas questões como, por exemplo, 'o que existe de novo no campo da EJA e das relações sociais após todos esses anos de Conferências, Congressos, Pactos no cenário brasileiro, para o chamamento à ação e à responsabilidade política e social, para a educação básica pública e suas modalidades de ensino, em especial nas regiões denominadas de bolsões de pobreza'? Regiões onde a opressão passa a ser visualizada como antigamente na figura do Senhor de Engenho, do usineiro, ou do antigo Colonizador, mas por meio de um "novo" instrumento, de uma "nova" roupagem que se apresenta como os "demarcadores sociais" de gênero, classe, raça, regional, para fomentar a opressão nas relações sociais e de trabalho, distanciando a valorização do "Ser" em "Ser Humano", humano na perspectiva freireana e cosmológico da perspectiva do Mestre Negro Bispo. Será que são, as "narrativas" e o "Conhecimento dos saberes" que se tornam moedas vivas nas relações mercantis e passam a secundarizar as relações humanas? Talvez com vistas a responder essas novas/antigas exigências mercantis é que o sistema educativo brasileiro vem massificando, quantificando suas ações sem atentar para a qualidade e eficácia dos resultados

O contingente que constitui o público participante dos Programas e Pactos de EJA nesses cenários de pobreza são essas pessoas juntamente com aquelas que dominam tão precariamente a leitura e escrita que não são capazes de utilizá-las. Em um país como o Brasil, baixos níveis de escolaridade estão fortemente associados às formas de exclusão econômica, política, cultural, preconceito de raça, de gênero, de região entre outros marcadores sociais que atravessam os sujeitos e suas subjetividades. No público que frequenta os Programas e Pactos de EJA, é cada vez menor o número daqueles que não tiveram nenhuma passagem pela escola. É também cada vez mais dominante a passagem de jovens e adolescentes recém-saídos do ensino regular, por onde tiveram passagens acidentadas, que se

começa a pensar em programas ou turmas especialmente destinadas a essa faixa etária.

Nesse movimento, a Educação de Jovens e Adultos quilombolas (EJA) visa uma Política Pública educacional que integre o ensino fundamental, o ensino médio e qualificação profissional inicial para os estudantes-jovens-adultos quilombolas por meio de uma educação de qualidade e específica. Nesse sentido, a Educação de pessoas Jovens e Adultas, seja do campo ou da cidade, deve ser assegurada como direito subjetivo do cidadão e da cidadã e como dever do Estado. Esse rio de águas turvas e caudalosas que é a EJA na base da história da educação pública em nosso país, onde os protagonistas dessa ação os estudantes jovens e adultos ainda são minimizados e sem consciência desta minimização, são mais “coisa” que ser humanos mesmo. Optar por uma EJA quilombola que descolonize cada vez mais práticas educativas desumanas nos leva a auscultar os alertas de Souza (2004), ao enunciar que esta modalidade educativa se firma na América Latina como:

Processos e experiências de ressocialização (reconhecimento e reinvenção) de jovens e adultos, através dos saberes escolares ou das práticas organizativas, orientados a aumentar e consolidar capacidades individuais e coletivas dos sujeitos populares mediante a promoção e recriação de valores, a produção, apropriação e aplicação de saberes que permitissem o desenvolvimento de propostas mobilizadoras capazes de contribuir para a transformação da realidade e desses sujeitos (SOUZA, 1999, p.104).

É nesse caminho que se fazendo caminho para a EJAQ libertadora que Paulo Freire afirma: “quanto mais você reconhece que seu medo é consequência da tentativa de praticar seu sonho, mais você aprende a pôr seu sonho em prática” (FREIRE, 1997, p.40). Não é só no contexto da EJAQ que as tensões para interromper os sonhos possível de escolarização dos sujeitos simples são constantemente atravessados por marcadores sociais desumanizantes e opressores. Existem outras realidades onde esses marcadores atravessam os corpos dos sujeitos com tanta violência que em muitos casos chega ao extermínio. Ailton Krenak enuncia no sumário de uma de suas obras intitulada “Ideias para adiar o fim do mundo”, no item “Do Sonho e da Terra” que o povo indígena Krenak:

Desde o Nordeste até o leste de Minas Gerais, onde fica o rio Doce e a reserva indígena das famílias Krenak, e também na Amazônia, na fronteira do Brasil com o Peru e a Bolívia, no Alto Rio Negro, em todos esses lugares as nossas famílias estão passando por um momento de tensão nas relações políticas entre o Estado brasileiro e as sociedades indígenas (KRENAK, 2020, p.37).

4- Caminhos percorridos e aprendizagens construídas com outros sujeitos

“Mesmo que não percebamos, nossa práxis, como educadores, é para a libertação dos seres humanos, sua humanização, ou para a domesticação, sua dominação”.

Paulo Freire

Nos, incumbindo de mediatizar o diálogo, o compartilhar dos saberes apreendidos nesse curso e na vida com outros saberes advindos do coletivo de docentes e dos discentes da EJAQ e, da equipe técnica-pedagógica da GEEQ da qual faço parte, buscaremos fundamentar e fortalecer a práxis pedagógica da GEEQ. Diante das contribuições epistemológicas dos teóricos, dos mestres dos saberes científicos e populares temos um longo caminho a percorrer para compreendermos que ensinar, compartilhar conhecimentos exige educar-se e impregnar de sentido, de significado o que se faz, com quem se faz e para que se faz. E isso só é possível com o compartilhamento, no dizer de Nego Bispo, porque para o autor “a troca significa um relógio por um relógio, um objeto por outro objeto, enquanto no compartilhamento temos uma ação por outra ação, um gesto por outro gesto, **um afeto por outro afeto**” (2023, p. 36).

Foram caminhos percorridos e aprendizagens construídas com outros sujeitos detentores de outros saberes que se confluíram e se interseccionaram com os meus, porém, vou caminhando, vou pisando por esses caminhos epistemológicos com muito cuidado, devagarinho para não tropeçar, não atropelar, não discriminar, com muito cuidado para não semear narrativas, atitudes preconceituosas e desumanizantes. É por compreender que práticas educativas que buscam dialogar com as especificidades dos territórios e dos sujeitos quilombolas, requer de todos nós o comprometimento ético e a conscientização do que estou/estamos propondo a

fazer com essas reflexões, quais os meus/nossos interesses de fazer e, mais, fazer o que? Com quem? Para que? E como fazer?

Permeando essas antigas-novas questões, reflexões sobre como fazer, como materializar as ações de uma prática pedagógica antirracista no cotidiano da Educação de Jovens e Adultos Quilombolas e na GEEQ, é poder ousar exercer a capacidade de se/me indignar e anunciar que no contexto educacional quilombola são tantas os desafios e lutas por direitos, como, por exemplo: o direito a elaboração e implementação de um currículo multicultural e antirracista; construção de escolas quilombolas que atendem aos estudantes quilombolas; construção de escolas nos territórios quilombolas para assegurar a identidade e as especificidades de uma educação quilombola; direito a mais investimentos na formação continuada e específica de professores para que possam desenvolver práticas pedagógicas que valorizem a cultura, a identidade, a territorialidade e a ancestralidade quilombola; luta por reconhecimento da educação quilombola como um direito fundamental dos sujeitos-estudantes quilombolas, por parte de todos os setores da sociedade o que, também, dificulta a mobilização de recursos e a implementação de políticas públicas eficazes, sem deixar de anunciar os desafios de cunho discriminatórios e preconceituosos para com as populações negras e quilombolas.

São alguns fragmentos da história que a memória traz do meu lugar de fala sobre o percurso da educação escolar quilombola no estado de Pernambuco. É sabido que a educação sempre foi desafio para as diferentes áreas periféricas da sociedade e a educação escolar para quilombolas que têm como arcabouço as formas sócio-históricas dos próprios quilombolas, partindo do princípio das especificidades dessa educação e a importância da sua implementação em Pernambuco, é que em 12 de maio de 2022 foi promulgada a Lei Estadual Nº 17.783 que dispõe sobre a contratação por tempo determinado de professores para atuar nas escolas quilombolas, e em 25 de julho de 2022 a Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco (SEE-PE) publicou a Instrução Normativa Nº 03, que institui as Diretrizes Operacionais para Educação Escolar Quilombola. Essa Instrução Normativa determina a criação da Gerência de Educação Quilombola em 2023 objetivando a ampliação das estratégias pedagógicas apropriadas à realidade educacional da Rede Estadual de Educação de Pernambuco.

Atualmente Pernambuco possui 149 territórios quilombolas, reconhecidos pela Fundação Cultural Palmares, que se ampliam em 195 localidades. O cenário de atendimento educacional aos quilombolas pelo estado ocorre pela Educação de Jovens e Adultos (EJAQ), que possui 181 turmas, 3737 estudantes nas turmas da EJA e os do regular são 598 em novembro de 2024. A Gerência de Educação Escolar Quilombola (GEEQ) abrange duas Escolas Quilombolas Estaduais, a Escola Profª Rosa Doralina Mendes localizada no território quilombola em Conceição das Crioulas, no município de Salgueiro - PE e, a Escola Estadual Vereadora Alzira Tenório do Amaral no território quilombola de Buenos Aires no município de Custódia - PE. Além dessas duas escolas, temos mais 24 escolas que não são quilombolas, mas que atendem estudantes quilombolas, situadas em municípios pernambucanos como Afogados da Ingazeira, Arcoverde, Caruaru, Floresta, Garanhuns, Limoeiro, Nazaré da Mata, Mata Sul, Metropolitana Sul, Petrolina e Salgueiro que atendem a modalidade da EJA Quilombola sendo distribuídas em 28 municípios.

5- Arranjos entre lutas, direitos e educação escolar para os quilombolas

Entende-se que a escola enquanto espaço de construção e socialização do conhecimento universal precisa garantir um ambiente seguro e acolhedor, que integre e valorize as diferenças, a diversidade pluriétnica possibilitando ao estudante o acesso, a permanência e o sucesso a educação de qualidade a todos e todas. Para isso, é imperativo que a escola, em seus processos educativos, descolonize mentes e práticas pedagógicas, construindo uma educação cidadã, pautada nos direitos humanos e em princípios antirracistas. A educação antirracista - amparada nas Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que tornam obrigatório o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira, e indígena nos currículos escolares e, a Resolução nº 08 de 20 de novembro de 2012, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, para construção dessas Diretrizes a Carta de Princípios da Educação Escolar Quilombolas de Pernambuco, contribuiu imensamente. São mecanismos importantes para as escolas quilombolas e para as escolas não quilombolas, mas que atendem aos estudantes quilombolas, para transformar este quadro excludente e discriminatório do racismo, ensejando práticas educativas e sociais equitativas, respeitosas e inclusivas previstas nas

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004).

Pelas possíveis contribuições resultantes dos enunciados desses fragmentos históricos sobre o percurso da Educação Escolar Quilombola no estado de Pernambuco e no cenário nacional, pelos potenciais educativos advindos das sementes jogadas na roça de nossa mente durante o curso de Pós-Graduação em Educação Intercultural Indígena-Quilombola Antirracista sobre o uso de narrativas antirracistas, contracoloniais. E, pelas *necessárias* contribuições de Nego Bispo e de Paulo Freire, continuar sendo nosso objetivo o de compartilhar e aproximar os(as) leitores(as) desse texto, aproximar o saber científico dos saberes orgânicos dos povos quilombolas, num espaço de biointerações de *fronteiras* trazidas pela lente do olhar quilombola de Nego Bispo (2023, p. 91), e do nosso compromisso político-pedagógico em semear outras palavras no vocabulário acadêmico, Ele, o Nego Bispo, ao invés de usar a palavra limite utiliza a palavra fronteira para expressar espaço de diálogo e, a palavra necessária para anunciar que:

Para nós, a pessoa que é importante não é quase nada. É aquela pessoa que se acha ótima, mas não serve. O termo que tem valor para nós é *necessário*. Há pessoas [e contribuições] que são necessárias e há pessoas [e contribuições] que são importantes. As pessoas que são importantes acham que as outras pessoas existem para servi-las. As pessoas necessárias são diferentes, são pessoas que fazem falta. Pessoas [e contribuições] que precisam estar presentes, de quem se vai atrás (SANTOS, 2023, p.24).

Trata-se de um enorme desafio o de aproximar o diálogo e o que fazer substantivamente pedagógico do construto desse curso da Pós-Graduação/IFPE-2023 para o interior da práxis da GEEQ e dos docentes quilombolas, por trata-se do exercício de uma prática pedagógica libertadora e antirracista em uma estrutura institucional permeada por posturas colonialista e racista. O poder exercido pelo discurso institucional remete a preocupações e aos possíveis riscos do silenciamento, por parte de alguns sujeitos convidados a essas reflexões críticas a esse caminhar e esse escrever as experiências vividas, os saberes e fazeres do/no cotidiano.

Por tudo isso, as contribuições de Paulo Freire (1996) e de Nego Bispo (2023) para nós quilombados(as) e quilombolas continuam a ser referências necessárias

aos estudos sobre a Educação de Jovens e Adultos e práticas pedagógicas antirracistas seja no espaço do campo ou da cidade, em particular, quando há a preocupação em estudar, e refletir propostas educativas libertadoras, desenvolvidas no âmbito dessa modalidade de ensino, sejam como adesão às suas ideias, seja como crítica ou incorporação de outras contribuições, como as de João Francisco de Souza sobre o que se compreende de práticas docente, prática educativa e prática pedagógica.

Nesse movimento de territorialidade cujo significado é muito caro ao povo quilombola e que ultrapassa o sentido de terra, enquanto lugar para viver e assentar morada, continuidade e permanência dos valores, dos laços e das referências, da comunalidade, da dignidade, e da ancestralidade, como princípio fundamental quilombola, todas as construções devem ter a territorialidade como ponto de partida, principalmente quando falamos em educação. Aqui nos referimos mais especificamente a conexão que precisa existir entre a territorialidade, formação, prática docentes quilombolas e as ações desenvolvidas pela Gerência de Educação Escolar Quilombola (GEEQ), referentes a formação do sujeito-professor(a) e dos sujeitos-estudantes.

É oportuno refletir sobre o que compreendemos e o que estamos a semear no território da formação e da prática pedagógica docente no contexto da educação escolar quilombola. Como pensá-las sem relacioná-las à situação de processo, de construção que requer o pensar, o auscultar e compreender o ritmo dos sujeitos, sem perceber os processos de biointerações a confluírem ou não dentro e fora dos territórios quilombolas. Se aspectos dessa natureza não forem considerados como nutrientes necessários ao chão da roça epistemológica e das ações de educação, de formação e da prática docente quilombola, então as ações referentes à formação e prática docente continuarão a ser ações aligeiradas, colonizadas, adestradas e mercantilizadas. É isso a que nos propomos, após todo processo de imersão, de vivências e experiências construídas a muitas mãos e ao encantamento dos muitos fazeres e saberes no território desse curso da Pós-Graduação Antirracista/IFPE-2023?

Para refletir sobre formação, prática docente quilombola e sobre o que fazer de minha prática pedagógica no interior da GEEQ, espaço onde me movimento com

ações de natureza territorial. Retomo a necessidade de olharmos para trás, assumindo a postura do ideograma africano Sankofa que representa um pássaro com a cabeça voltada para trás, expressando o retorno, à volta, lembrando-nos da necessidade de conexão permanente entre o passado e o presente para que o futuro possa existir. Instiga-me a repensar os conteúdos operacionais, educativas e instrumentais e as dimensões de práticas em João Francisco de Souza (2004) e, mais os componentes curriculares do curso de Pós-Graduação em Educação Intercultural Indígena, Quilombola, Antirracista, articulando seus aspectos político-pedagógicos e os aproximando da realidade existencial dos sujeitos quilombolas.

Vislumbro que, o que vai substantivamente qualificar e diferenciado minha prática pedagógica no interior da GEEQ é a articulação que buscarei fazer de agora em diante entre as dimensões política, pedagógica, cultural e humana constitutivas das pedagogias freiriana, com as palavras semeadas em minha mente por Nego Bispo, compartilhadas no percurso desse curso de Pós-Graduação Antirracista - IFPE. E, mais, o amadurecimento da compreensão e da apropriação sobre o que é formação docente, prática docente, pedagógica, educativa, educação quilombola diferenciada e específica, componentes políticos das lutas do Movimento Quilombola e das Relações Étnico-racial, todos esses elementos constitutivos e necessários ao processo formativo permanente que me permito vivenciar por ter a consciência do meu inacabamento, enquanto ser inconcluso que sou desencadeando em me reflexões. Que no dizer de Paulo Freire:

Na formação permanente do professor o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. O próprio discurso teórico, necessário à reflexão crítica, tem de ser de tal modo concreto que quase se confunde com a prática (FREIRE, 1996, p. 43-44).

Ao optarmos em sermos professor(a) da modalidade Educação de Jovens e Adultos Quilombola assumimos uma posição político-pedagógica que na visão de Freire (199b), o assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, antirracista, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque é capaz de amar – de prática pedagógica, prática docente, prática

educativa humanizantes, concepções que ancoram epistemologicamente nossas argumentações sobre os saberes e a prática dos professores e sobre a prática pedagógica da Gerência de Educação Escolar Quilombola (GEEQ), todas essas práticas numa biointeração, numa inter-relação de práticas de sujeitos sociais e políticos que objetivam a formação de outros sujeitos que desejam ser educados (os professores e estudantes da EJA Quilombola-PE).

Que na compreensão de Souza (2009, p. 24 e 13. Apud. MELO. 2019, p. 43):

“Prática docente traz o atributo de ser exercida por profissional do ensino, cuja ação, seja ela sistemática ou assistemática, dá-se sempre no ambiente escolar”.

“Temos de afinar nossa reflexão para não confundir ou não reduzir a concepção de prática ou práxis pedagógica à prática docente”.

Formação de professores é o resultado, sobretudo, da prática pedagógica de/entre sujeitos (docentes e discentes), de/entre instituições (IES formadoras e escolas da Educação Básica), num dado momento histórico. Formação de professores e prática pedagógica constituem-se, assim, elementos de um mesmo ato educativo.

Ainda segundo Souza (2009, p. 29. Apud. MELO. 2019, p.43):

Práxis pedagógica é a ação institucional da agência formadora de quaisquer formações, inclusive da formação de professores, de que esteja encarregada por uma sociedade ou por setores dessa sociedade.

Se se cunhou a expressão prática pedagógica ou práxis pedagógica, ela não pode ser relativa apenas, repito, à ação do professor, pois para esta já contamos com o conceito de prática docente que parece ser suficiente a fim de compreender, analisar e reinventar o fazer das professoras e dos professores.

São concepções de práticas docente, pedagógica e educativa que suscita saberes docentes voltados para essa realidade específica a dos povos quilombolas, com suas contradições e suas lutas por direitos dos sujeitos nele inseridos.

Dessa perspectiva, todo sujeito-professor que atua ou pretende atuar no território das ações educacionais quilombola não pode “contentar-se” só com o saber da prática espontânea “desarmada” que gera, produz um saber ingênuo; deve exigir de seus formadores e das instituições formadoras a prática de uma rigorosidade metódica que caracteriza a curiosidade epistemológica do sujeito em

seu processo de formação e, ademais, numa formação específica como é o caso dessa Pós-Graduação em Educação Intercultural, Indígena, Quilombola, Antirracista e, ademais as ações de formação inicial e continuadas executadas pela GEEQ com docentes quilombolas.

Pois, seja qual for o papel/função assumida pelos sujeitos no território da educação quilombola, seja ele(a) sujeito-professor, sujeito-analista ou sujeito-gestor dentro da sociedade, não se trata de qualquer professor, de qualquer analista educacional, de qualquer gestor e de qualquer sociedade; trata-se do professor(a), do(a) analista educacional, do(a) gestor(a) atuante no contexto da sociedade brasileira com toda sua especificidade e diversidade que se apresenta a realidade da educação pública para as populações negras, quilombolas e indígenas como campo de possibilidades para um outro projeto de sociedade.

Se nos propomos enquanto equipe técnica-pedagógica da GEEQ a elaborar e executar proposta de formação continuada de docentes, propostas de recomposições das aprendizagens para elevação da escolaridade dos sujeitos-estudantes quilombolas e de elaboração de documentos tendo como ferramenta de fundamentação necessária a base teórica e legal resultante dos frutos das lutas e das conquistas desse sujeito político “Movimento Quilombola”. Disso resulta a urgente tomada de consciência da realidade e da responsabilidade Política-Educacional para busca de resoluções de situações-problemas e, a tomada de decisão, na perspectiva da mudança e transformação do status quo, através do fortalecimento identitário, do empoderamento popular e de estratégias antirracistas. Será que o meu/nosso fazer pedagógico conflui para a(s) mudança(s) desse *status quo*, na escola, na GEEQ e na SEE/SEDE-PE? No território de minhas práticas pedagógica já estou usando como estratégia para efetivar a mudança desse status quo algumas das sementes plantadas em meu solo-mente. Essas sementes foram desabrochando no percurso das reflexões-ações-reflexões do meu fazer educativo no interior da GEEQ e resultaram nas escrituras dos oitos Caderns da Realidade, que continua inconclusos pela dinâmica do viver e do fazer educação.

5- O que ainda é necessário para a caminhada?

A luta ainda é muito grande para termos nas instituições, sejam elas de caráter público ou privado, relações interculturais mais justas. Porém, reconhecemos que o lócus da escola, assim como o da GEEQ, da SEE/SDE-PE, a reflexão crítica de temáticas como identidade, merenda específicas, currículo intercultural, construção de escolas específicas quilombola/indígena/cigana/campo, racismo, preconceito, relações de poder, de gênero, de raça, são necessárias e urgentes para conscientizar os sujeitos através da ação dialógica emancipadora, fio condutor do pensamento freiriano, e, do semear de outras palavras e práticas antirracistas, fio condutor das ideias semeadas por Nego Bispo.

No entanto, buscar no encantamento de minha ancestralidade enquanto força motriz e potencializadora na construção desses saberes e fazeres educativos de base afrodiásporica e africana compartilhar, escriturar minhas escrevivências sobre o construto, as memórias e as aprendizagens do Curso de Pós-Graduação Intercultural em Educação Indígena, Quilombola, Antirracista do IFPE-Garanhuns-PE, através do instrumento denominado pela coordenação do curso de “Caderno da Realidade”². São escrevivências que trago na mente e na alma, como frutos resultantes do encantamento de uma semeadora de novas palavras, novos saberes e fazeres plantados em solo-mente, fértil e ávida por conhecimento.

Nesse encantamento desejo que esse punhado de sementes incubadas nos Cadernos da Realidade encontrem chão fértil nas Práticas docentes e pedagógicas dos sujeitos que os leem. Esse não é o momento que nos trabalho acadêmico denominam de considerações finais, nós aquilombados(as) e os quilombolas necessitamos semear outras palavras para esse momento, vamos enegrecê-lo com as seguintes palavras esse é “o começo, meio e começo” de caminhada educativa inconclusa. E, nesse movimento de circularidade, de biointeração vamos agradecendo a amorosidade dos/as companheiros(as) de curso, dos mestres(as) do saber científico e dos saberes populares, agradecer a nossa ancestralidade afrodiásporica e africana, a mãe natureza com todos os seus reinos, e de forma necessária aos mestres já encantados Paulo Freire e a Nego Bispo pelas novas palavras-sementes jogadas da roça do meu solo-mente.

² Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1Sug9f_Y3MfwtcDdVK7SpNxDeMmnGebF

6- REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 1996.

MELO, Ivanise Simplicio de. **Os Saberes da Formação de Professores da Educação de Jovens e Adultos do Campo do Estado de Pernambuco**. Tese. João: - Centro de Educação, UFPB, 2019.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: AYÔ, 2023.

SOUZA, João Francisco de. **A educação escolar, nosso fazer maior, des(a)fia o nosso saber: Educação de Jovens e Adultos**. Recife: Bagaço, 1999.

TEIXEIRA, Maria Joseane Santos. **Letramento Estatístico e Educação Escolar Quilombola: uma pesquisa protagonizada por meninas quilombolas**. Tese. Recife: - Centro de Educação, UFPE, 2024.